

# A Constituição Não Está Morta

*Martinus Cox Bianchin*

*Millena de Pinho Moraes Alves*



*Ala religiosa elegeu 78 parlamentares, têm a presidência da Câmara e segue em busca de mais espaço.* Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/02/bancada-evangelica-ganha-forca-inedita-no-congresso-4704350.html><sup>35</sup>

## Bancada evangélica ganha força inédita no Congresso

Formada por bispos, pastores e parlamentares leigos alinhados a dogmas religiosos, a bancada evangélica no Congresso demonstra força inédita na atual legislatura.

<sup>35</sup> Devido ao tempo, o acesso ao link foi expirado.

A ala de deputados e senadores que unem política e religião elegeu um número recorde de 78 representantes, conquistou a presidência da Câmara pela primeira vez e busca outros postos-chave em Brasília a fim de ampliar seu nível de influência. Entre as prioridades do grupo estão a limitação a reivindicações do movimento gay e o combate à flexibilização das leis sobre drogas e aborto. [...]

O principal nome do grupo, hoje, é o recém-eleito presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB/RJ). Fiel da Assembleia de Deus, teve entre seus cabos eleitorais outros representantes do rebanho evangélico como o deputado Sóstenes Cavalcante (PSD/RJ) — braço político do pastor Silas Malafaia em Brasília. À frente da Câmara, Cunha desarquivou projetos como o que cria o Dia do Orgulho Heterossexual e prometeu não colocar em pauta proposições que facilitem o aborto "nem que a vaca tussa". [...]

A frente religiosa também disputará o comando da bancada feminina da Câmara. Uma das cotadas é a presbiteriana Clarissa Garotinho (PR/RJ), filha do ex-governador do Rio, Anthony Garotinho. Ela obteve a segunda maior votação entre os deputados evangélicos,

com 335 mil eleitores, atrás apenas de Marco Feliciano (PSC/SP). Como o grupo feminino faz articulações políticas a respeito de temas como aborto, a presidência do grupo tem importância estratégica.

Cargos em comissões como a de Constituição e Justiça, Seguridade Social e Família e de Direitos Humanos e Minorias também deverão ser buscados pela bancada, já que projetos envolvendo questões de família, direito reprodutivo e outros temas considerados prioritários passam por elas antes de ir a plenário. [...]

## Comentário<sup>36</sup>

Estado laico, ou Estado secular, é aquele em que o país ou nação não atua condicionado por orientação religiosa, pois deveria, teoricamente, representar todos os cidadãos independente de sua profissão de fé, sejam eles crentes, ateus ou agnósticos. Desde 1891, o Brasil deixou de ser um estado confessional (que adota oficialmente determinada crença) e se tornou um estado laico, ou seja, os poderes executivo, judiciário e legislativo estão constitucionalmente, de acordo com os artigos 5º, inciso VI, e 19º, inciso I, da Constituição de 1988, proibidos de influenciar, ser influenciado, financiar, favorecer ou prejudicar qualquer vertente religiosa, pois não existe religião oficial em nosso país.

Entretanto, o que temos notado é que cada vez mais discussões de extrema importância estão

sendo pautadas com base na orientação religiosa de alguns políticos, como as que dizem respeito ao ensino do criacionismo, a proibição de adoção por casais gays, a punição à heterofobia e o aborto como crime hediondo. Isso nos leva a refletir sobre a atuação desses políticos como verdadeiros representantes dos direitos de toda a população de nosso país, ou como defensores de interesses pessoais fundamentados na “crença da maioria”.

O deputado Marco Feliciano (PSC-SP), por exemplo, é autor do PL (Projeto de Lei) nº 8099/2014, que prevê a obrigatoriedade de ensino da doutrina criacionista nas escolas básicas públicas. O argumento do deputado foi que os estudantes não podem ser ensinados apenas a partir da perspectiva da Teoria da Evolução, pois é preciso ter “noções de que a vida tem sua origem em Deus, como criador supremo de todo o Universo”. Porém, além de já estar previsto na Constituição Brasileira que as escolas públicas e privadas podem ter o ensino religioso, mas apenas como uma matéria facultativa, respeitando a diversidade cultural e religiosa do país, o criacionismo é uma crença. Mesmo que o deputado acredite que “por força da fé, dos costumes, das tradições e dos ensinamentos cristãos, a maioria da população brasileira crê no ensino criacionista”, tornar obrigatório o ensino do criacionismo seria ferir a própria Constituição e marginalizar as outras crenças religiosas, que não conformam a maioria da população no país, ou não tem representatividade no congresso, mas que são, cultural e

<sup>36</sup> O texto respeita o acordo ortográfico vigente no ano de 2015.

historicamente, importantes na história de nosso país.

Outra infame declaração veio quando o atual presidente da Câmara dos Deputados, o deputado Eduardo Cunha (PMDB- RJ), apresentou um projeto de lei que prevê pena de até três anos de prisão para quem discriminar os heterossexuais. De acordo com o deputado, o Projeto de Lei nº 7382/2010 foi criado para servir de contraponto à chamada Lei da Homofobia (projeto de lei complementar nº 122/2006, que torna crime a discriminação) na pauta do Congresso. Nas palavras dele, o objetivo da proposta da heterofobia é “restabelecer o direito das pessoas de serem normais”. Além disso, em contrapartida ao PL do Estatuto da Família, o deputado admitiu considerar errado que casais homossexuais possam adotar uma criança, e não respondeu se sua posição seria um retrocesso para a sociedade brasileira. "Sou contra, acho que não é a melhor maneira de você educar. Sou a favor de uma educação mais 'igualitária', não acho correta a adoção por homossexuais", afirmou em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura. Aqui, é apresentado novamente o preconceito e ódio contra todos aqueles que não agem da forma considerada correta na visão apresentada pelos deputados, que pautam suas opiniões e decisões em um conservadorismo retrógrado que simboliza há séculos uma sociedade fundamentalmente patriarcal e machista.

Já quando o assunto é aborto, Eduardo Cunha afirmou ser “radicalmente contra” a votação de qualquer projeto de legalização no Brasil. Em

entrevista ao site do jornal “Estado de S. Paulo”, Cunha foi taxativo: “Vai ter que passar por cima do meu cadáver para votar”. A justificativa do deputado é de que, para ele, é um absurdo a mulher tomar decisão sobre o próprio corpo, pois o feto não tem como se defender perante a decisão repugnante da mulher de abortar. Em complemento a essa declaração, os deputados Luiz Bassuma (PT-BA) e o falecido Miguel Martini (PHS-MG) escreveram o Projeto de Lei nº 1.763/2007, que prevê o pagamento de uma bolsa durante 18 anos para as mulheres que foram estupradas e engravidaram. Esse PL prevê também um acompanhamento dessas mulheres por psicólogos cristãos, na tentativa de convencê-las sobre a importância da vida e de manter a gravidez. O próprio código de ética da psicologia não permite que os profissionais influenciem “convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual”.

Mas o que tem sido mais preocupante são as declarações cada vez mais despreocupadas quanto à forma e motivação da atuação dos deputados da chamada Bancada Evangélica. “Eu sou cristão e não voto contra a Bíblia Sagrada. Em Gênesis, capítulo 1 – versículos 26 a 28, está claro que Deus fez o homem e a mulher. E casal não é homem com homem nem é mulher com mulher”, foi a fala do deputado mato-grossense Victório Galli (PSC), em entrevista para o portal Olhar Direto, posicionando-se contra o projeto de lei do Estatuto da Família. Longe de discutir se é ou não é constitucional a união homoafetiva, a

moralidade do assunto, ou até os impactos da aprovação deste projeto de lei em termos sociais, o deputado utiliza descaradamente a Bíblia como base de argumentação contrária ao projeto de lei. Cabe então o questionamento: onde está a laicidade de um Estado em que a bíblia é utilizada livremente como um “instrumento normativo”?

Outra declaração que fere os artigos 5º, inciso VI, e 19º, inciso I da Constituição, foi a do deputado federal Henrique Afonso (PT-AC), que disse: “O Estado deve garantir o que pensa a maioria, e acredito que a maioria dos brasileiros acredita no que Deus prega, que é o direito à vida. Não posso separar o deputado do cristão”. A fala do deputado é preocupante, principalmente ao pensarmos o quanto corre risco o nosso direito constitucional à liberdade de crença ou descrença, pois, no momento em que estes fundamentalistas começam a tomar o poder, a descrença ou a crença em alguma religião diferente daquela “dominante” no nosso país passa a ser passível de punição por aqueles que consideram a própria crença o novo marco regulatório legislativo.

No Estado laico em que teoricamente vivemos, existem segmentos religiosos interessados em impor a sua crença na sociedade. Chegamos ao ponto em que, apesar de ser constitucionalmente proibida a interferência de correntes religiosas em matérias sociopolíticas e culturais, os deputados criaram a auto-denominada Bancada Evangélica, a qual prega indiscriminadamente a religião como

contraponto à importantes questões sociais que há muito afetam minorias e estratos marginalizados da sociedade brasileira.

Talvez um dos pontos mais difíceis de toda a problemática apresentada até aqui seja: o que poderiam fazer os governantes e a população para defender a laicidade do Estado? O Brasil, constitucionalmente, é laico, mas qual a punição por ferir esta norma? Será necessário reformar a laicidade no Estado ou seremos capazes de continuar convivendo com esse Estado falsamente laico? Estamos perto de perder o nosso direito a outra crença que não seja aquela da maioria, assim como a comunidade LGBT, as religiões de raízes africanas e as mulheres já perderam muitos de seus direitos no retrocesso político que vive o Brasil hoje..